

POR UMA ABORDAGEM TERRITORIAL MULTIDIMENSIONAL: A RENDA DA TERRA E A CULTURA COMO COMPONENTES DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO¹

Rafael de Melo Monteiro

Doutorando em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente.

Bolsista FAPESP.

rafaeldmlmnr@gmail.com

INTRODUÇÃO

O território é formado/produzido em determinado momento histórico e em determinada porção do espaço geográfico. Essa produção ocorre por classes/grupos sociais/sujeitos em relações entre si e com a natureza tornada espaço (a primeira ou a segunda natureza). Mais do que um espaço de governança, o espaço de administração de um Estado-nação, dos estados e dos municípios; mais do que área para aplicação de políticas públicas, o território desdobra-se em distintas escalas e apresenta diferentes dimensões. Por isso, considera-se que o território é multiescalar (Estado, municípios, propriedades, territórios móveis que são os sujeitos sociais) e multidimensional (abrange a política, a cultura, a economia e a natureza).

Além disso, o território é perpassado pelo poder (ou poderes), que se manifesta por meio das relações territoriais. Ao tornarem-se cotidianas, essas relações engendram as territorialidades, que são desenvolvidas na vida social, junto à comunidade, na família, no trabalho, na igreja, no sindicato, no movimento social, na escola, no assentamento, na cidade, na festa e também em redes. No território, é possível identificar a *natureza* de um grupo, sua organização política, suas atividades produtivas e experiências subjetivas. Assim, esses elementos são componentes do território e o tornam *contingencial*, um algo em aberto, em constante permanência/transformação no espaço/tempo. Tradição e mudanças, cultura, política, economia e natureza, identidade e conflitualidades, relações de poder, multiescalaridade e multidimensionalidade, fração e totalidade, modos de vida, técnicas e tecnologias, (i)materialidades, códigos de comunicação e linguagens, simbolismos atuam na produção territorial.

Ao pensar o território, têm-se como exemplo específico os assentamentos rurais. Isso porque o objetivo deste texto é refletir a renda da terra e a cultura como componentes importantes da produção do território. Com a exposição sobre a renda da terra, contempla-se a dimensão econômica. E a dimensão cultural é abrangida com a exposição sobre a cultura. Desse modo, acredita-se que se explicita a opção teórico-metodológica adotada, que parte da compreensão de que o território é multidimensional e multiescalar, um híbrido.

Do ponto de vista metodológico, este texto constitui-se um *ensaio teórico*, constituído por seis seções, incluindo esta Introdução e as Considerações Finais. A segunda seção, “Apontamentos teórico-metodológicos”; a terceira, “O espaço geográfico e o território”; a quarta, “A

¹ Esse texto é resultado de leituras, discussões e reflexões feitas no decorrer da disciplina “Teoria dos territórios e da questão agrária”, oferecida pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP/Presidente Prudente, ministrada no segundo semestre de 2013.

renda da terra como componente dos territórios rurais”; a quinta, “A cultura como componente dos territórios rurais”; a sexta, “Considerações Finais”.

APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Um assentamento rural normalmente surge como resultado de lutas sociais por parte de trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais ou federações representativas. Costumeiramente, a literatura das Ciências Sociais negligencia a dimensão do espaço nesses processos de luta². Contudo, os movimentos sociais acontecem no espaço e, apenas por isso já poderiam ser denominados de *movimentos socioespaciais*. Um olhar geográfico revela que as lutas pela terra no campo, pela moradia na cidade, pela defesa dos espaços de vida dos quilombolas, indígenas e demais populações tradicionais são disputas por territórios. Assim, faz sentido a proposição de Fernandes (2000) de *movimentos socioterritoriais*.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é exemplar a esse respeito: a luta não faria sentido se não fosse pela apropriação de uma porção do espaço geográfico que será transformada em lugar de vida, de produção de alimentos, de comercialização de produtos agrícolas, de reprodução familiar e comunitária, de expressão da religiosidade e da cultura, de relação com a natureza. Conquistar um assentamento rural significa territorializar-se no espaço e iniciar a produção territorial.

Por isso, o *desenvolvimento territorial* deve ocorrer pela organização política das classes/grupos/sujeitos que *produzem* e são *produzidos* pelo território. É preciso *gestar* um poder endógeno e um diálogo com as escalas governamentais/administrativas que seja propositivo, no sentido de a comunidade/assentamento apresentar suas demandas e necessidades para que estas tornem-se políticas públicas. E não o contrário, como geralmente acontece: o Estado, por meio de suas escalas governamentais (União, Distrito Federal, estados, regiões e municípios) delimitam territórios (que, na perspectiva estatal, são áreas e/ou regiões) para aplicar suas políticas públicas, que são produzidas por *ordens distantes* e/ou em *níveis distanciados* e aplicadas para os *sujeitos da terra* e seus lugares. Por conta disso, a categoria geográfica território insere-se em um debate paradigmático³, que se revela em torno de sua definição e entendimento, a depender de quem o enuncia.

O processo de produção do território pode ser entendido por meio do recorte espacial de um assentamento rural, que é resultado de um processo de luta pela terra empreendido por um movimento socioterritorial. Esse movimento revela-se em, pelo menos, duas escalas: a) da luta organizada; b) do movimento dos sujeitos sociais. Além disso, um assentamento é também condição para um outro processo: o da realização da vida camponesa, em sua multidimensionalidade. Portanto, torna-se importante discutir a categoria geográfica território.

² Mesmo porque não é próprio das áreas de conhecimento das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciência Política entre outras) se preocuparem com a dimensão espacial, tarefa da Geografia.

³ Reflexão feita com base nas aulas da disciplina “Teoria dos territórios e da questão agrária”, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente.

Porém, isso não será feito sem uma associação com a também categoria geográfica espaço.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O TERRITÓRIO

Esta seção discutirá as categorias geográficas espaço e território para delinear suas diferenças e semelhanças. Foram utilizados os seguintes autores: Claval (1982), com seu livro “*Espacio y poder*”, especificamente a Introdução e o capítulo I, “*La sociedad y el poder*”; Fernandes (2008), em seu texto “*Entrando nos territórios do território*”; Raffestin (1980/1993), em seu livro “*Por uma geografia do poder*”, especificamente o capítulo I da terceira parte, intitulado “*O que é território?*”; Santos (2008), em seu livro “*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*”, especificamente os capítulos I e II (“*As técnicas, o tempo e o espaço geográfico*” e “*O espaço: sistemas de objetos e sistemas de ação*”, respectivamente) e Saquet (2005), em seu texto “*Entender a produção do espaço para compreender o território*”.

De acordo com Fernandes (2008) o espaço geográfico é o *ponto de partida* para uma reflexão sobre o território. Ou ainda como admite Saquet (2005), para entender o território é importante ter uma boa noção do conceito de espaço geográfico e da relação espaço/tempo, porque estes estão presentes na discussão sobre o território e na sua constituição *real*. Todavia, Fernandes (2008) ressalta que é importante não negligenciar que os conceitos de espaço e território possibilitam leituras e compreensões distintas e um *não* substitui o outro. Apesar de que em alguns trabalhos esses conceitos não estão bem definidos e pode-se perder as diferenças.

Dessa forma, um grupo de autores, como Raffestin (1980/1993), Santos (2008) e Fernandes (2008) interpretam o espaço geográfico como anterior ao território, em diferentes sentidos. Para o primeiro, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1980/1993, p. 143). Em suma, o espaço seria a “prisão” original e o território a “prisão” construída pelos homens.

Para o segundo autor, o espaço geográfico teria suas categorias analíticas internas e uma delas seria a configuração territorial (além da paisagem, da divisão territorial do trabalho, do espaço produzido/productivo, das rugosidades e das formas/conteúdo). No entanto, salienta que “a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 2008, p. 62). Parece haver uma correspondência entre configuração territorial e materialidade, ao mesmo tempo em que o espaço é associado a uma (i)materialidade.

Para o terceiro autor, o ponto de partida para uma reflexão sobre o território é o espaço, que seria uma totalidade. Assim, Fernandes (2008) admite que a formação de territórios é sempre um processo que inicia no espaço de governança produzindo territórios através da

multiescalaridade e da multidimensionalidade, concebendo, então, que o espaço é anterior e simultâneo ao território. Entretanto, também considera que espaço e território são categorias geográficas indiferentes, pois a diferença está na definição de espaço e território. Ou seja, no plano conceitual é que se impõe a diferenciação; no plano do real, a delimitação, talvez, não seja possível.

De todo modo, esquematizou-se as concepções de espaço geográfico e território desses três autores (Raffestin, Santos e Fernandes):

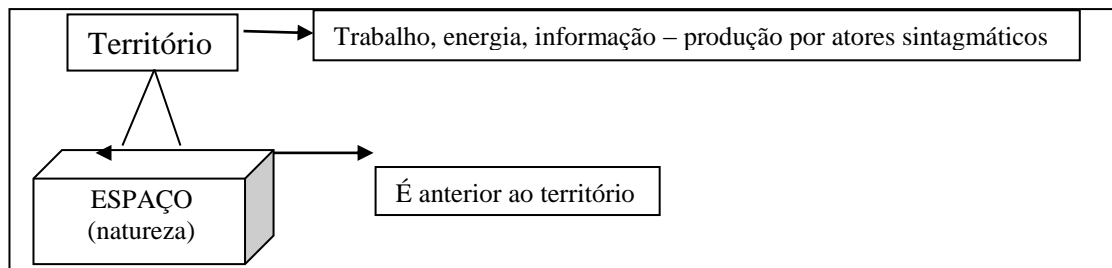


Figura 1 - Claude Raffestin (1980/1993)
Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)

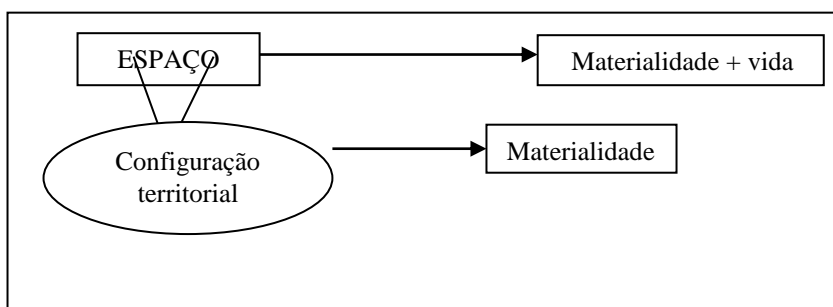


Figura 2 – Milton Santos (2008)
Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)

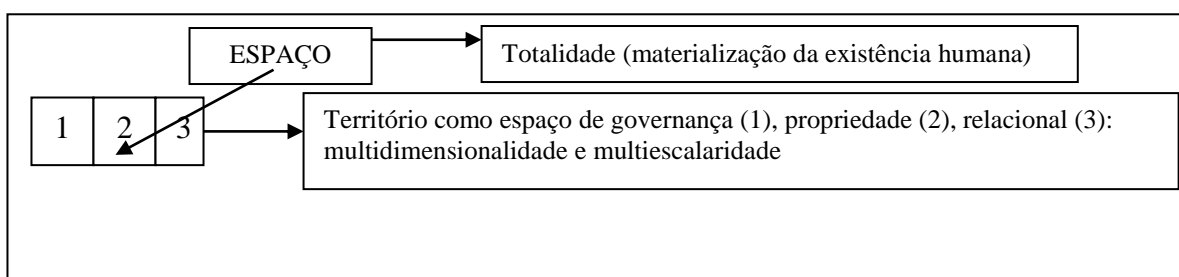


Figura 3 – Bernardo Mançano Fernandes (2008)
Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)

Por outro lado, Saquet (2005) ao apresentar sua concepção de espaço, ressalta que este não é apenas palco, receptor de ações e obras. Simultaneamente, é produto da processualidade social e é força produtiva, além de ser constituinte do território. Por isso a representação seria inversa:

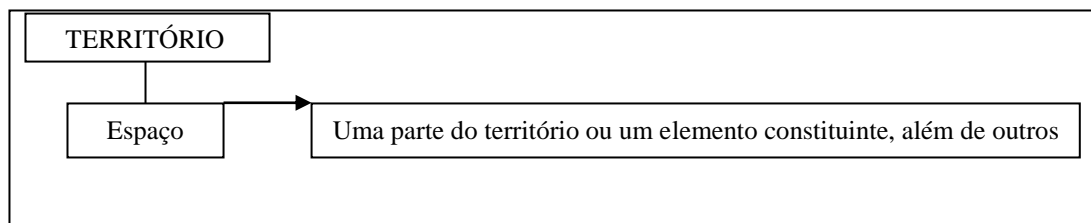


Figura 4 – Marcos Aurélio Saquet (2005)
Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)

Recentemente, têm-se apontado a simultaneidade entre espaço e território. Porém, entende-se que essa distinção (ainda) precisa ser melhor discutida e apresentada. Por isso, nesse texto, permanece-se com a noção de que o espaço geográfico é anterior ao território. Contudo, não sendo palco/substrato para as ações humanas. Não é anterior no sentido de ser um dado físico a ser produzido pela sociedade. O espaço é uma totalidade, materialização da existência humana e o território um fragmento do espaço, também produção social e da natureza.

COMPONENTES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Com base na leitura de Claval (1982), Saquet (2005) e Santos (2008), elencou-se os elementos principais destacados por esses autores na constituição do conceito de espaço geográfico. Na perspectiva de Claval (1982), o espaço é um suporte e uma extensão para a vida social, o poder e o simbolismo. Ou seja, esse autor avança ao acrescentar os elementos poder e simbolismo para refletir sobre o espaço. Adiante, admite que o espaço é um substrato para circulação, informação e simbolismo; é objetivo (extensão ocupada e utilizada) e subjetivo (extensão conhecida, amada, signo de segurança e motivo de apego/orgulho). Esse autor, todavia, permanece com a compreensão do espaço apenas como substrato, suporte e extensão *para e das* ações humanas.

Para Saquet (2005) o espaço é: produto do processo histórico e social; condição para o devir social e do próprio espaço geográfico; ocupação, localização e apropriação do lugar de vida; é movimento e não apenas palco, receptor de ações e obras (o que o diferencia de Claval, 1982); produto da processualidade social e força produtiva; composto de permanências e mudanças, tempo histórico e tempo das coexistências, relações de totalidade e relação espaço/tempo.

Por sua vez, Santos (2008) destaca que o espaço seria um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações; um híbrido; uma intencionalidade; uma totalidade (unificação/fragmentação); no espaço ocorrem eventos e a divisão territorial do trabalho, responsável pelo movimento da sociedade; é um meio geográfico técnico-científico-informacional; conjunto de fixos e fluxos; configuração territorial e relações sociais; materialidade e vida; extensão contínua; participa da condição do social e do físico.

COMPONENTES DO TERRITÓRIO

A partir da leitura de autores como Raffestin (1980/1993) e Fernandes (2008), elencou-se os elementos considerados para a construção do conceito de território. Para o primeiro autor, o território é um espaço onde se projetou um trabalho (energia ou informação) e revela relações de poder. Essa é uma contribuição de Raffestin (influenciado por Michel Foucault): entender o poder como relação multiescalar (do Estado ao indivíduo), diluído no cotidiano (na territorialidade, no “viver territorial”). Destaca também a territorialidade como um conjunto de relações que são mantidas com o território.

Além disso, Raffestin (1980/1993) ressalta que compõe o território a repartição da superfície, a implantação de nós, a construção de redes (tessitura, nó e rede originam a produção territorial), o estabelecimento de limites e a multidimensionalidade e multiterritorialidade. Em síntese, o território estaria centrado em um sistema tridimensional: espaço, tempo e sociedade.

Por sua vez, Fernandes (2008) parte da ideia de que o território é construído a partir do espaço geográfico (aproximação com Raffestin, 1980/1993) ou, em outros termos, que a formação do território dá-se pela fragmentação do espaço (aproximação com Santos, 2008). Destaca como constituintes do território a multidimensionalidade, a multiescalaridade, a totalidade, a multiterritorialidade, as relações de poder, a pluralidade (formas), a conflitualidade, a soberania, a (i)materialidade, os fixos e fluxos, a heterogeneidade.

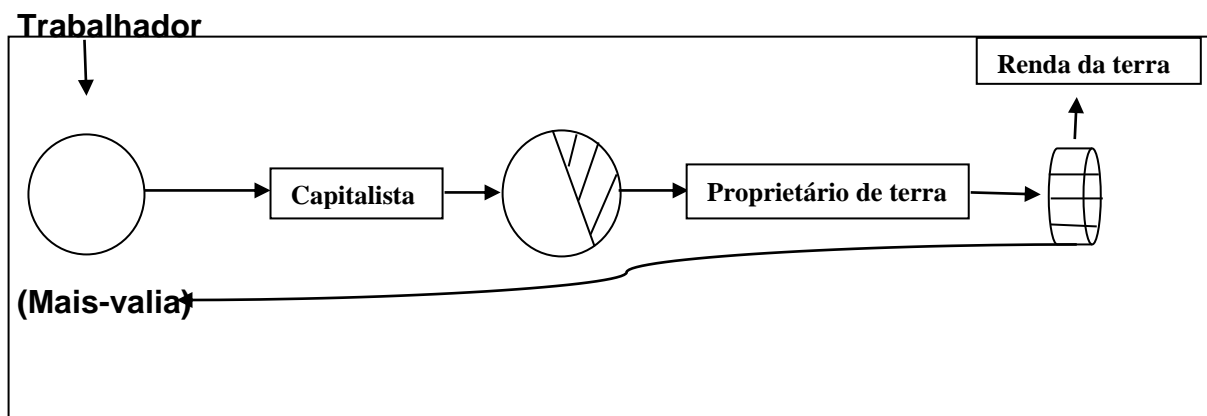
Ainda, pode-se considerar que a principal contribuição de Fernandes (2008) refere-se à formulação de uma tipologia de territórios, na qual têm-se o primeiro território (espaço de governança, país, estados e municípios); o segundo território (propriedades privadas ou coletivas, capitalistas e não-capitalistas), sendo uma fração do primeiro território; e o terceiro território, que são espaços controlados por relações de poder, portanto, são móveis e constituídos pela ação de sujeitos sociais.

Em linhas gerais, parece que Raffestin (1980/1993) reflete sobre o território por meio das relações sociais/sujeitos ao passo que Fernandes (2008) prioriza o território para pensar as relações sociais. São dois ângulos de análise distintos, mas ambos podem contribuir para a compreensão da categoria geográfica. Propõe-se, neste texto, que a renda da terra e a cultura são componentes importantes para o entendimento de assentamentos rurais.

A RENDA DA TERRA COMO COMPONENTE DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Esta seção tem como objetivo discutir sobre a renda da terra como componente dos territórios rurais, como os assentamentos rurais. Dessa maneira, elencou-se os seguintes autores: Karl Marx (1969), que teoriza a respeito desse assunto no livro “O Capital”, Karl Kautsky (1998), com sua obra “A Questão Agrária”, José de Souza Martins (1995), no livro “Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político” e Júlio Suzuki (2006), com seu texto “Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial”.

Existem duas “faces” da renda da terra: a pré-capitalista e a capitalista. A primeira associada ao feudalismo e a segunda ao capitalismo. De acordo com Suzuki (2006), no regime feudal de produção a renda da terra possuía um caráter de *tributo pessoal*, pois aos servos e camponeses livres cabia o dever de efetuar pagamento da renda ao proprietário na forma de trabalho, produto ou dinheiro. No modo capitalista de produção a renda é paga pelo conjunto da sociedade e torna-se um *tributo social*. Ou seja, a sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra.



**Figura 5 – Renda capitalista da terra. Fonte: MARTINS, 1995
Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)**

A renda capitalista da terra não nasce na produção, mas na distribuição da mais-valoria. Para Marx (1969) a renda da terra apresenta-se como uma certa soma de dinheiro que o proprietário rural retira a cada ano da renda de uma parcela do globo terrestre. E, conforme argumenta Suzuki (2006) a renda da terra está posta, na produção da riqueza, como um excedente de trabalho não-pago. Na perspectiva de Martins (1995) a renda da terra advém do processo no qual o proprietário de terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador. Sem a licença do proprietário, o capital não poderia subordinar a agricultura. Esse pagamento é a renda da terra.

Há um problema estrutural porque a terra é um bem natural, não é produto do trabalho humano. Como explica Martins (1995) a apropriação da terra não se dá em um processo de exploração de trabalho pelo capital: nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. *O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a terra não é.* Assim, terra é diferente de capital: este é produto do trabalho assalariado (instrumentos e objetos de trabalho mais força de trabalho que fazem a terra produzir).

Dessa maneira, as principais formas de renda da terra sob o modo capitalista de produção são:

Renda diferencial I: é produzida pela concorrência. Tem sua origem na diferença existente entre os diversos graus de fertilidade ou na situação geográfica das diferentes terras. Decorre do caráter capitalista da produção e não da propriedade em particular. Essa renda continuaria existindo mesmo que se estatizassem as terras, contanto que se mantivesse o modelo capitalista da agricultura. Só que, nesse caso, essa renda não iria mais ser apropriada por particulares e seria destinada para os fundos da comunidade (KAUTSKY, 1998). Sobre essa renda, Marx (1969) destaca que a fertilidade e a situação das terras são causas diferentes da renda diferencial e podem agir em sentido contrário: um terreno pode ser muito bem situado e não ser fértil, ou vice-versa. Além disso, ressalta que o progresso da produção social reduz a importância da situação como causa da renda diferencial, pois se criam mercados locais, novos meios de comunicação e de transporte. Mas o mesmo progresso aumenta a diferença entre as situações locais das terras, porque separa a agricultura da manufatura, constitui grandes centros, isola algumas regiões. Em suma, essa forma de renda é o resultado da produtividade diferente de iguais investimentos de capital em terrenos de igual superfície;

Renda diferencial II: tem por base a renda diferencial I, isto é, a cultura simultânea de terrenos diferentes pela situação e fertilidade. À diferença de fertilidade acrescentam-se as diferenças na repartição do capital (e da capacidade de crédito) entre os arrendatários. A fertilidade diferente de terrenos diferentes não age senão enquanto faz que capitais iguais ou desiguais produzam resultados e produtos desiguais (MARX, 1969).

Renda absoluta: produzida pelo monopólio. Embolsa-se a renda fundiária por possuir um título de propriedade do terreno (KAUTSKY, 1998). Independe da diferença de fertilidade de tipos de terrenos ou investimentos sucessivos operados no mesmo terreno. Essa renda absoluta provém do excedente do valor sobre o preço de produção é apenas uma fração da mais-valia agrícola, a captação desta pelo proprietário rural (MARX, 1969). A estatização das terras ofereceria a possibilidade de acabar com essa renda e de reduzir os preços dos produtos agrícolas em proporção correspondente (KAUTSKY, 1998);

Nesse processo, é relevante diferenciar a renda capitalista da terra e a renda camponesa da terra. A primeira, produzida pela mais-valia e a segunda pelo trabalho camponês que gera uma renda fundiária. A apropriação da renda camponesa pelo capitalismo, via mercado, faz surgir a renda capitalizada da terra ou a sujeição da renda da terra ao capital.

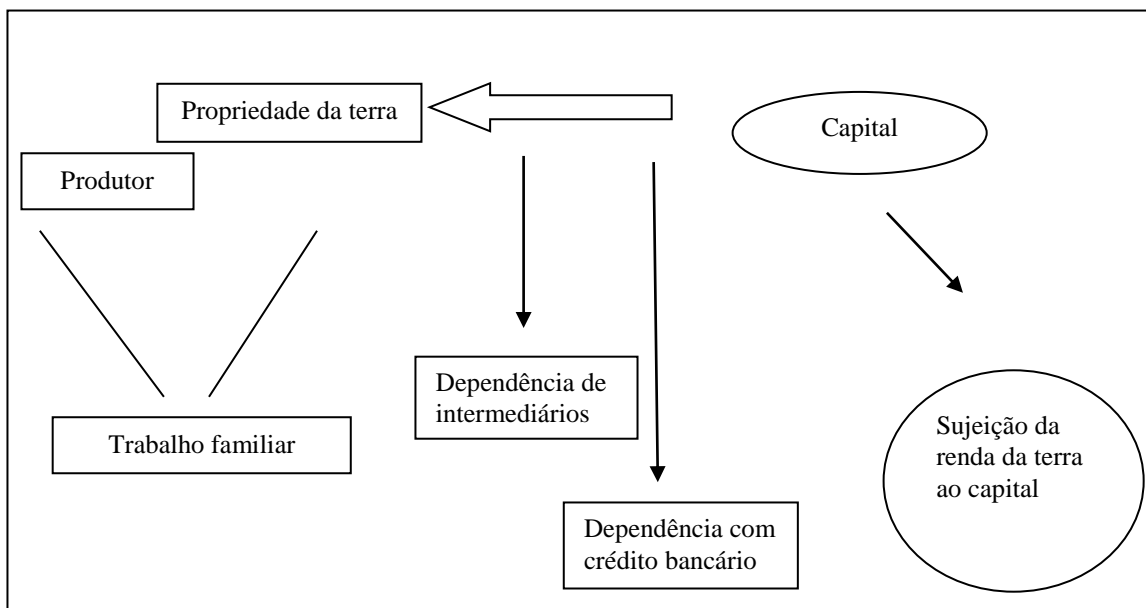


Figura 6 – Sujeição da renda da terra ao capital. **Fonte:** MARTINS, 1995
Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)

A diferenciação social do campesinato tem a renda como elemento propulsor. Um estudo sobre o assunto em assentamentos rurais permite pensar: Por que, em diversos casos, as famílias assentadas não produzem sua própria renda? Em última instância, produzir renda significa obter autonomia e a possibilidade de melhores condições de vida. Significa também desenvolvimento territorial, sem dependência de políticas públicas compensatórias desempenhadas pelo Estado e suas esferas de governo. Existe ainda a alternativa do trabalho associado e/ou cooperativo como potencializador da renda da terra em um determinado assentamento. Por outro lado, a constituição de mercados institucionais (via Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar), fora do âmbito dos mercados capitalistas, sinalizam positivamente para a apropriação da renda pelo campesinato, sem acontecer a drenagem pelo capitalismo.

A CULTURA COMO COMPONENTE DO TERRITÓRIO: UM QUADRO HISTÓRICO DA ABORDAGEM DA CULTURA NA GEOGRAFIA

Esta seção apresenta apontamentos sobre a cultura, por meio da utilização da obra de Paul Claval (2007), “A Geografia Cultural”. A cultura é um tema de pesquisa complexo por ser abrangente. Na Geografia, os estudos que tratam desse assunto ainda são limitados, principalmente pela sua associação direta com a fenomenologia⁴. Entretanto, acredita-se ser um componente importante para a compreensão dos territórios rurais, como os assentamentos. Na obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (“Antropogeografia”, no século XIX), estabeleceu-se na Geografia a preocupação sobre a relação da sociedade com a natureza. Inclusive, foi em uma das

⁴ O que não se confirma por absoluto, uma vez que a abordagem marxista também tem condições de discutir o assunto.
 NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

obras desse geógrafo que se mencionou, pela primeira vez, o termo Geografia Cultural (essa obra era “A geografia cultural dos Estados Unidos da América do Norte com a ênfase especialmente voltada para as suas condições econômicas”, de 1880).

Os princípios da Antropogeografia eram: a) descrever e mapear as áreas onde viviam os homens; b) estabelecer as causas geográficas da repartição dos homens na superfície da Terra; c) definir a influência da natureza sobre os corpos e o espírito dos homens. Ou seja, as condições naturais (clima, relevo, vegetação, solo, água), as técnicas (nessa época, agrícolas) e o Estado (criação de áreas e sua repartição) eram fatores culturais que atuavam na *diferenciação territorial*. (CLAVAL, 2007).

Em síntese, de acordo com Claval (2007), a cultura em Ratzel é, sobretudo, analisada sob os aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço. Outro geógrafo alemão importante para os estudos culturais foi Otto Schlüter (1872-1959), que dedicou atenção para a paisagem. A partir dessa categoria, tentou manter a unidade da Geografia, pois entendia que a paisagem era modelada pelas forças da natureza e pela ação dos homens. Acreditava que a Geografia Humana deveria se dedicar a compreender a maneira pela qual os grupos humanos modelam o espaço em que vivem, já que transformam a vegetação natural, desflorestam, devastam, cultivam, cercam, constroem edifícios que habitam ou que abrigam seus animais e suas colheitas. De modo geral, a Escola Alemã ateuve-se à análise dos utensílios/técnicas e na revelação de traços de origem cultural na paisagem. Por outro lado, negligenciou as práticas, conhecimentos, valores, crenças e atitudes.

A Geografia Cultural desenvolveu-se também nos Estados Unidos da América do Norte, com Carl Sauer, e na França, com Paul Vidal de La Blache. Nos Estados Unidos, o fundador dos estudos culturais em Geografia foi Carl Sauer. Interessava-se pelas origens da agricultura. Para ele, a cultura é um conjunto de instrumentos e artefatos que permitem ao homem agir sobre o mundo exterior. É também composta de associações de plantas e animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo (CLAVAL, 2007).

Na França, para Vidal de La Blache, a cultura se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam, que são os *gêneros de vida*. Para valorizar os bosques, as pastagens ou os campos do entorno, os grupos foram levados a estruturar seu emprego de tempo, a adotar maneiras de fazer e a praticá-las em determinados momentos do ano em função do ritmo das estações. A noção de gênero de vida permite compreender as técnicas, os utensílios ou as maneiras de habitar das diferentes civilizações; sua organização na sucessão do trabalho e dos dias; os hábitos, maneiras de fazer e paisagens. Enfim, mostra como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho (CLAVAL, 2007).

Esse quadro histórico alterou-se após a Segunda Guerra Mundial (1945), ocasião na qual ocorreu o declínio da Geografia Cultural por causa da modernização, mecanização e padronização das técnicas, que eram o interesse dos geógrafos culturais que se ocupavam da compreensão da criação de técnicas pelos homens para modificar o meio. A própria noção de

gênero de vida perdeu importância diante de um mundo urbano e industrializado. Parecia que as pesquisas em Geografia Cultural estavam condenadas ao desaparecimento. Todavia, a partir dos anos de 1950, abriu-se uma nova perspectiva para os estudos de cultura, que passaram a dedicar atenção para as representações e papéis (em lugar das técnicas, que tornaram-se uniformizadas) (CLAVAL, 2007).

Assim, a Nova Geografia Cultural Anglo-Saxônica torna-se preocupada com a interpretação simbólica que os grupos e as classes sociais dão ao ambiente, as justificativas ideológicas e estéticas que propõem e o efeito das representações sobre a vida coletiva. A Nova Geografia Cultural Francesa dedica-se a uma dimensão etnogeográfica, preocupada com as consequências dos discursos que as diferentes culturas proferem sobre o mundo e sobre a natureza. Feito esse panorama histórico sobre a Geografia Cultural, torna-se importante apontar os elementos do conceito de cultura.

OS CONTEÚDOS DO CONCEITO DE CULTURA

Conforme salientado, o conceito de cultura é abrangente e complexo, ou seja, difícil de definir e delimitar. Isso porque um conceito é construído a partir de diferentes perspectivas teóricas, ideológicas, políticas e metodológicas e também variam no tempo histórico e no espaço. Entretanto, pretende-se interpretar a cultura inserida na luta de classes sociais típica do capitalismo, pois entende-se que a cultura não é um *ente* que paira no ar sobre a sociedade, uma realidade de natureza superior imposta aos homens, senão é uma produção histórica e social, mutável e transmissível nos tempos/espaços.

Para Claval (2007), o entendimento de cultura abrange: a) comportamentos, atitudes, gestos, saberes, técnicas, conhecimentos e valores; b) heranças transmitidas; c) códigos de comunicação (comunicação oral, gestual, escrita, desenhos e artes plásticas) e hábitos cotidianos similares; d) estoques de técnicas de produção e procedimentos de regulação social que asseguram a reprodução do grupo; e) adesão aos mesmos valores (filosofia, ideologia, religião); f) representações coletivas.

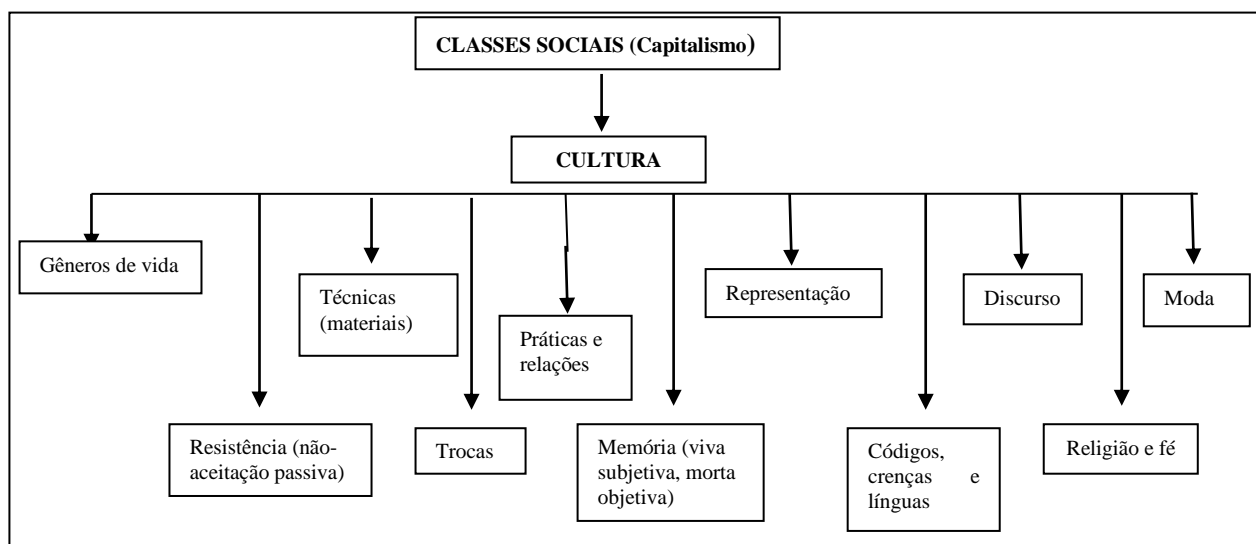


Figura 7 - Os componentes do conceito de cultura

Fonte: CLAVAL, 2007

Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)

A manifestação da cultura em um território rural pode produzir relações horizontalizadas e/ou verticalizadas. As primeiras têm como fundamento a reciprocidade, a confiança, as trocas simétricas, o sentimento de pertencimento a um grupo social cimentado, o sentido de comunidade e a fraternidade (Figura 8). As segundas possuem base na hierarquia, na funcionalidade e na autoridade (Figura 9) (CLAVAL, 2007). Os exercícios do poder não impedem a existência das relações horizontalizadas.

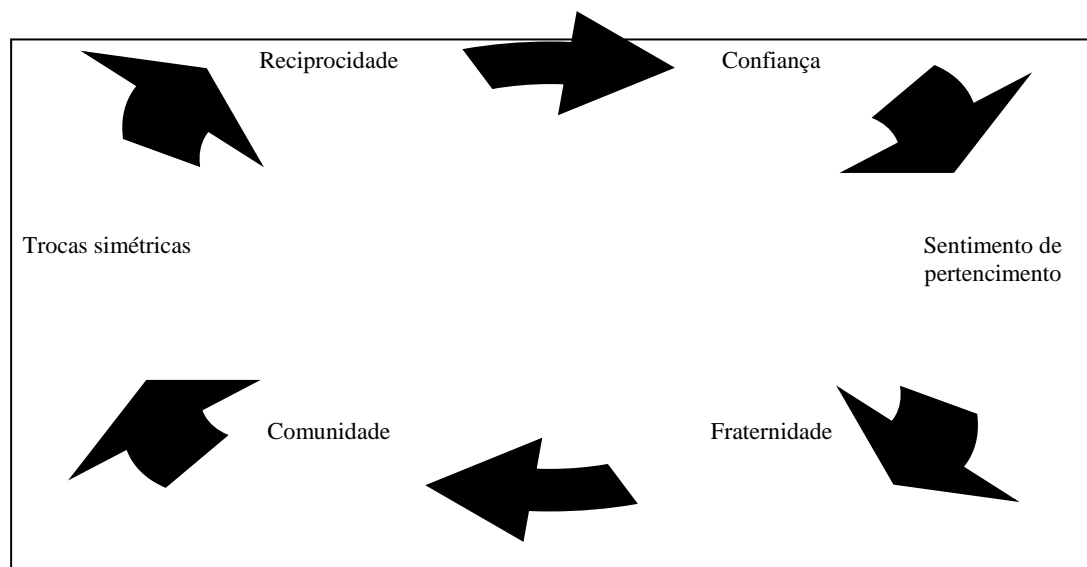


Figura 8 – Relações horizontalizadas

Fonte: CLAVAL, 2007 **Elaborado por:** MONTEIRO, R. de M. (2014)

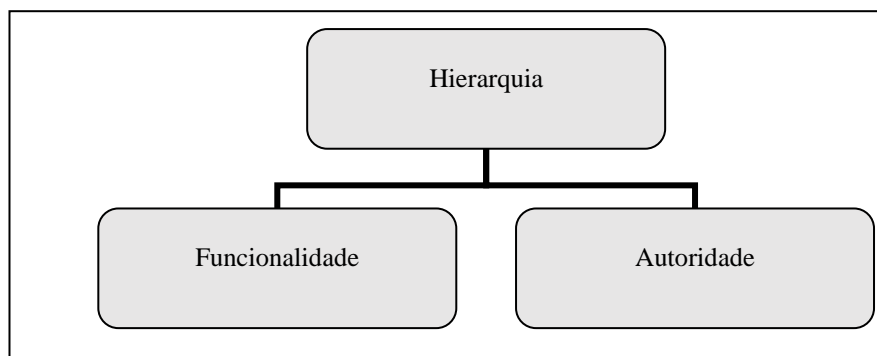


Figura 9 – Relações verticalizadas. **Fonte:** CLAVAL, 2007
Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2014)

Dependendo do contexto, um assentamento rural pode adquirir o sentido de comunidade. A comunidade, de acordo com Claval (2007), pressupõe: a) coesão; b) confiança; c) laços de sangue (família); d) contrato de associação entre pessoas com ideal comum; e) fé religiosa como cimento da vida social; f) coabitação de pequenos grupos em um mesmo lugar; g) o território. O número de famílias reduzido, o fato de participarem dos mesmos acampamentos ou movimentos sociais, a presença de assentados da mesma família, a formação de associações de pequenos produtores e/ou cooperativas de produção e a religiosidade contribuem para a constituição de comunidades nesses territórios.

A atividade agrícola, os cultivos, as técnicas utilizadas permitem problematizar a dimensão da cultura nos assentamentos rurais. Afinal, muitos assentados tiveram experiências com a agricultura no passado e adquiriram hábitos ainda presentes, que se desenvolvem no assentamento. Por outro lado, aprendem novas formas de produzir seus alimentos, pois a cultura não é apenas herança, mas criação. Transformam espaços em territórios e lugares de vida, produzem suas próprias paisagens. A religiosidade contribui para a formação de sua visão de mundo e organização do trabalho. A representação da parcela de terra como propriedade privada, por vezes, dificulta o desenvolvimento de trabalhos coletivos e/ou cooperativos, que pressupõem a coletivização das terras. Assim, o que se quer apontar é que uma leitura territorial se faz pertinente para compreender a vida social de determinado grupo territorializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar a importância de uma abordagem territorial multidimensional porque permite ao pesquisador uma leitura ampliada de determinada realidade socioespacial. Se é fato que a ciência atravessa um momento de pluralidade metodológica e de emergência de novos paradigmas, é preciso abertura para o diálogo da Geografia com diferentes métodos, metodologias e com as outras áreas do conhecimento, principalmente as Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Economia, Psicologia, Ciência Política).

Do ponto de vista da categoria geográfica território, procura-se ultrapassar a visão clássica de área delimitada política-administrativamente, sendo o Estado-nação. O território é *isso e mais*

do que isso: acontece em outras escalas espaciais e é efetivado pelas relações sociais entre sujeitos e destes com o espaço e o tempo. Em síntese, o território contém e é contido pela tríade “sujeito”, “espaço” e “tempo”. Uma comunidade rural, um território quilombola, uma comunidade indígena, um bairro, um assentamento de reforma agrária são territórios. A reunião de um grupo de homossexuais em determinada porção do espaço geográfico constitui também um território que se move juntamente com esses sujeitos.

Pensar um assentamento rural enquanto um território abre a possibilidade de estudar suas territorialidades e paisagens. Possibilita apreender aspectos da vida social, das relações políticas, das atividades produtivas, das experiências subjetivas e das relações com a natureza. Também favorece a ênfase nos sujeitos, nos Seres. Ao contrário do que se possa imaginar, a Geografia abrange a dimensão do Ser porque a condição do Ser é o Estar. O espaço é a condição de ser e existir. “Somos o que estamos” e “É estando que se é” são assertivas que afirmam a *geograficidade* dos processos sociais (Informação Verbal)⁵.

A abordagem territorial multidimensional representa uma multiplicidade de possibilidades de temas de pesquisa. Nesse texto, escolheu-se a renda da terra e a cultura como elementos capazes de evidenciar a multidimensionalidade do território. Contudo, existem outros *caminhos* possíveis. O importante é o exercício do pensamento complexo, híbrido, que possa contribuir para o enriquecimento das pesquisas em Geografia.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

CLAVAL, Paul. Introducción. In: _____. **Espacio y poder**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 7-13.

_____. La sociedad y el poder. In: _____. **Espacio y poder**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 15-25.

_____. **A geografia cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

MARTINS, José de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela

⁵ Essas assertivas foram expressas verbalmente pelo Prof. Dr. Ruy Moreira, durante Seminário de Doutorado intitulado “Integrando teorias, olhando teorias integradas”, ministrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente, no dia 26 de Setembro de 2013.

reforma agrária. In: _____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. A renda da terra. In: _____. **O Capital.** Edição resumida. Resumo dos três volumes por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p. 347-395.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In: _____. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

SANTOS, Milton. As técnicas, o tempo e o espaço geográfico. In: _____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008. p. 29-59.

_____. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: _____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008. p. 61-87.

SAQUET, Marcos A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais:** a construção de uma temática. Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005. p. 35-51.

SUZUKI, Júlio C. **Questão agrária na América Latina:** renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. Na publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociais, São Paulo. Dez. 2006. Disponível em: <<http://http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/12suzuki.pdf>>. Acesso em: Set. 2013.